

(Minuta: 54/2023), gerada em: 13 de março de 2023



MUNICÍPIO de SARANDI
Estado do Paraná

Edital

Pregão Eletrônico 059/2023

Processo Administrativo 102/2023

Objeto

Contratação de empresa especializada em SEGURO VEICULAR para atender frota de veículos pertencentes ao Município de Sarandi/PR e do Corpo de Bombeiro.

Critério de julgamento

Menor preço por item.

Participação

Ampla participação

Pregoeiro

Jéssica G. Castione Jagas – Portaria nº 2744/2023
Pregoeiro4@sarandi.pr.gov.br

Abertura da Sessão Pública

Ocorrerá a partir das 9 horas da manhã (horário de Brasília/DF) do dia 30 de agosto de 2023, no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>.



O **MUNICÍPIO DE SARANDI**, devidamente inscrito no CNPJ 78.200.482/0001-10, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, representado pela Secretária de Administração, a Sra. Cinthya Gimenes Lopes – conforme autorização expedida pela Portaria 1272/2022, em observância às disposições do [Decreto Municipal 1311, de 27 de janeiro de 2020](#), da [Lei 10.520, de 17 de julho de 2002](#), aplicando-se, subsidiariamente, a [Lei 8.666, de 21 de junho de 1993](#) e da legislação correlata, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, 59/2023, do tipo **MENOR PREÇO**, demais condições exigidas neste EDITAL e seus anexos.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, serão exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em SEGURO VEICULAR para atender frota de veículos pertencentes ao Município de Sarandi/PR e do Corpo de Bombeiros.

1.2 O valor máximo para este certame é de R\$ 140.759,00 (cento e quarenta mil, setecentos e cinquenta e nove reais).

2 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – [SICAF](#).

2.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

2.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- I. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- II. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- III. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
- V. que se enquadrem nas vedações previstas no [art. 78 da Lei Orgânica deste Município](#);
- VI. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- VII. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo à:



3 declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na referida Lei Complementar;

4 declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

5 declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6 declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal](#).

6.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7 CREDENCIAMENTO

7.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no [SICAF](#), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

7.2 O cadastro no [SICAF](#) deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

7.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no [SICAF](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



8 CADASTRO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 A proposta inicial (eletrônica) e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, a partir da liberação do Edital, **até as 09h do dia 30 de agosto de 2023, horário de Brasília-DF**, quando, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do [SICAF](#), assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.4 Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inicial e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.5 O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.6 Os documentos que compõem a proposta inicial e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.7 A apresentação das propostas e dos documentos de habilitação implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

8.8 Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

8.9 A proposta inicial, digitada em campo próprio na plataforma COMPRASNET (campo: **Descrição Detalhada do Objeto Ofertado**), não poderá conter qualquer identificação do licitante proponente, tais como: nome, CNPJ, telefone, *e-mail*, etc. Bem como a indicação de marca e fabricante, quando exigidos no Edital, devendo ser preenchidos em campos próprios, distintos da descrição do objeto ofertado, sob pena de desclassificação.

8.10 Não se aplica a restrição de identificação nas propostas apresentadas como anexo, inicial e adequada.

9 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 A partir das **09h do dia 30 de agosto de 2023, horário de Brasília-DF**, a sessão pública, no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, será aberta por comando do Pregoeiro/o, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.



9.2 A comunicação entre o Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

10.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.3 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4 Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

11 FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.2 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

11.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

a) O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

b) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

c) Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

d) **O intervalo mínimo** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$0,01 (Um centavo de real)**.



11.4 O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência. Realizada a diligência, o(a) Pregoeiro(a) notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

12 MODO DE DISPUTA

12.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

12.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

e) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

f) Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

13 DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

g) No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

h) Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

i) O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

14.1 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

15 CRITÉRIO DE DESEMPATE



15.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

15.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

15.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

16 NEGOCIAÇÃO

16.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

16.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.3 Empresas que oferecem propostas com valores acima dos praticados pelo mercado, contribuem para o superfaturamento do objeto, sujeitando-se a responsabilização solidária pelo dano evidenciado.

17 ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

17.1 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

17.2 O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do(a) Pregoeiro(a), ambas as opções devidamente justificadas.

17.3 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

17.4 A proposta deverá conter as informações do modelo [Anexo II](#) deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação.

j) Além das informações do modelo da proposta, deverá constar:

VIII. as quantidades, especificações e unidades de medidas apresentadas no [Termo de Referência - Anexo I do Edital](#), vedado o preenchimento com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;



- IX. preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- X. indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;
- XI. prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da licitação.

17.5 A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

17.6 A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação e implicará no conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos.

18 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

18.1 Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal 1311, de 27 de janeiro de 2020.

18.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar:

19 preço final superior ao preço máximo fixado neste edital ([Acórdão 1455/2018 -TCU - Plenário](#)), ou que apresentar preço manifestamente inexecutável;

19.1 considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- I. que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste edital;
- II. que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
- III. que após diligências não forem corrigidos ou justificadas.
 - a) Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



19.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

b) O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

c) É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

d) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

e) Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

f) O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

19.3 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

19.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

g) Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

20 HABILITAÇÃO

h) Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, previamente ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de **sanção que impeça** a



participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- IV. SICAF;
- V. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>);
- VI. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);
- VII. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- VIII. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>)

20.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos incisos “II” e “III” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

a) As consultas aos cadastros serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

20.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

b) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

20.3 Atendidos as condições para participação, o Pregoeiro fará análise da documentação relativa à habilitação.

20.4 Para habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

- 21 habilitação jurídica;
- 22 qualificação econômico-financeira;
- 23 regularidade fiscal e trabalhista; e
- 24 ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

24.1 Documentos relativos à habilitação jurídica:



25 no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

26 em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado/consulta>;

27 no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

28 no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

29 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

c) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

d) Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

IX. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

X. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

30 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

31 prova de regularidade com a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

31.1 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da fazenda municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

32 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

33 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

33.1 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:



34 certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

34.1 Documentação complementar:

35 declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal](#).

35.1 A(s) declaração(ões) exigida(s) acima será(ão) consultada(s) no sistema Compras Governamentais.

35.2 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

35.3 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

35.4 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

35.5 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

a) A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

b) Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



35.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

35.7 Para as **certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias**, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

35.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

35.9 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

35.10 Todos os documentos deverão ser apresentados:

36 na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ;

37 em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

38 em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

39 em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

39.1 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

40 ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

40.1 O licitante deverá anexar no sistema do Compras Governamentais juntamente com o cadastro da proposta eletrônica, até a abertura da sessão pública, os documentos não abrangidos pelo [SICAF](#), ou desatualizados nos cadastros anteriores e os documentos relativos à qualificação técnica.

40.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do [SICAF](#) para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

40.3 O descumprimento do subitem acima implicará inabilitação do licitante, exceto se a consulta feita pelo Pregoeiro aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a certidão válida.

41 VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

c) Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.



d) Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

42 RECURSOS

e) Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

f) Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

g) Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

h) A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

i) Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

j) O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

k) Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

43 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

43.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

44 nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



I. quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

a) Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

44.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("*chat*"), *e-mail*, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

44.2 A convocação feita por *e-mail* ou *fac-símile* dar-se-á de acordo com os dados contidos no [SICAF](#), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

45 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

45.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

45.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

46 FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

46.1 Após a homologação, o adjudicatário terá 5 (cinco) dias úteis para assinar **(na forma eletrônica digital)** o contrato.

46.2 O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela administração.

46.3 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

46.4 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

46.5 A vigência do CONTRATO está indicada no [Anexo III](#).

47 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL



47.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no [Termo de Referência - Anexo I do Edital](#).

48 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

48.1 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos da(s) dotação(ões) indicadas no [Termo de Referência - Anexo I do Edital](#).

49 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

49.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49 do Decreto Municipal 1311, de 27 de janeiro de 2020, o licitante/adjudicatário que:

- 50 não aceitar ou retirar ou assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 51 não entregar a documentação exigida neste edital;
- 52 apresentar documentação falsa;
- 53 causar atraso na execução do objeto;
- 54 não manter a proposta;
- 55 falhar na execução do contrato;
- 56 fraudar a execução do contrato;
- 57 comportar-se de modo inidôneo; e
- 58 cometer fraude fiscal.

58.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

58.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

59 advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

60 multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

II. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

III. impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos.

60.1 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.



60.2 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

60.3 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o MUNICÍPIO poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do [Código Civil](#).

60.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

60.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

60.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no [SICAF](#).

60.1 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

61 DO ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

61.1 O pedido de esclarecimento e impugnação deverão ser realizados na forma eletrônica, para o e-mail pregoeiro4@sarandi.pr.gov.br em até 3 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública.

61.2 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

61.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

61.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

61.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

61.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

62 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

62.1 A autoridade competente poderá revogar esta licitação, somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.



62.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

63 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

63.1 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritos no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

63.2 Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

63.3 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

63.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

63.5 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

63.6 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

63.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o parágrafo anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

63.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

a) As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

b) Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

c) Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.



Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

63.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

63.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

63.11 O Edital estará disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://200.233.108.153:8089/portaltransparencia/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Paço Municipal, sito [Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – 87.111-230, Sarandi - Paraná](#), nos dias úteis, no horário das 08 horas às 11 horas e 30 minutos e das 13 horas às 17 horas e 30 minutos, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

64 DA PUBLICIDADE

64.1 Este certame será dado publicidade na(o):

- ✓ www.sarandi.pr.gov.br;
- ✓ [Diário Oficial dos Municípios do Paraná](#);
- ✓ [Mural de Licitações – TCE-PR](#);
- ✓ [Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná – DIOE](#);
- ✓ www.comprasnet.gov.br;
- ✓ [Diário Oficial da União – DOU](#).

65 DOS ANEXOS

65.1 Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

- ✓ [Anexo I](#) – Termo de Referência;
- ✓ [Anexo II](#) – Proposta de Preços (modelo); e
- ✓ [Anexo III](#) – Contrato (minuta).

Sarandi, 11 de agosto de 2023

Douglas Alexandre de Batista Miranda
Secretário Municipal de Administração



TERMO DE REFERÊNCIA

66 OBJETO

66.1 Contratação de empresa especializada em SEGURO VEICULAR para atender frota de veículos pertencentes ao Município de Sarandi/PR e do Corpo de Bombeiros, conforme a seguir:

Item	Cód.	Descrição	Quant .	Unid. de Medida	Valor Unitário (máximo)	Total (máximo)
1	47912	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: AVZ - 8124	1	Unidade	R\$ 1.566,22	R\$ 1.566,22
2	47913	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Placa: ATP - 7280	1	Unidade	R\$ 1.615,93	R\$ 1.615,93
3	47914	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: RHZ - 9A38	1	Unidade	R\$ 4.633,59	R\$ 4.633,59
4	47915	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BEA - 8D52	1	Unidade	R\$ 8.447,44	R\$ 8.447,44
5	47916	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: AWW - 7695	1	Unidade	R\$ 2.748,41	R\$ 2.748,41
6	47917	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BEB - 4F82	1	Unidade	R\$ 2.655,99	R\$ 2.655,99
7	47918	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BEB - 8G05	1	Unidade	R\$ 7.909,75	R\$ 7.909,75
8	47919	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BEC - 4D52	1	Unidade	R\$ 2.826,36	R\$ 2.826,36
9	47921	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo.	1	Unidade	R\$ 4.219,63	R\$ 4.219,63



		Para o veículo de Placa: ASF - 5046				
10	47956	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BEW-7J93	1	Unidade	R\$ 8.206,30	R\$ 8.206,30
11	47962	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: RHL-9F17	1	Unidade	R\$ 9.569,54	R\$ 9.569,54
12	47931	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BBX-9853	1	Unidade	R\$ 2.557,02	R\$ 2.557,02
13	47939	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BCO-8516	1	Unidade	R\$ 2.248,70	R\$ 2.248,70
14	47942	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BCU-3A19	1	Unidade	R\$ 2.337,14	R\$ 2.337,14
15	47945	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BCU-3A22	1	Unidade	R\$ 2.337,14	R\$ 2.337,14
16	47951	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BDZ-7D43	1	Unidade	R\$ 2.945,72	R\$ 2.945,72
17	47952	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BDZ-7D42	1	Unidade	R\$ 2.677,31	R\$ 2.677,31
18	47954	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BEO-7C34	1	Unidade	R\$ 6.000,25	R\$ 6.000,25
19	47955	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BEO-5F28	1	Unidade	R\$ 6.000,25	R\$ 6.000,25
20	47957	Contratação de Seguro	1	Unidade	R\$ 7.371,33	R\$ 7.371,33



		veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: RHH-5J76				
21	47958	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: RHH-5J77	1	Unidade	R\$ 7.371,33	R\$ 7.371,33
22	47959	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: GJT-7C15	1	Unidade	R\$ 8.449,41	R\$ 8.449,41
23	47960	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: GJH-7J23	1	Unidade	R\$ 8.449,41	R\$ 8.449,41
24	47961	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: GFD-1G43	1	Unidade	R\$ 8.449,41	R\$ 8.449,41
25	47968	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BDN-6E55	1	Unidade	R\$ 2.767,47	R\$ 2.767,47
26	47969	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: BCD-7898	1	Unidade	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
27	47970	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: RHH-8C98	1	Unidade	R\$ 2.580,35	R\$ 2.580,35
28	47972	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: RHV-0F63	1	Unidade	R\$ 2.782,06	R\$ 2.782,06
29	72173	Contratação de Seguro veicular, conforme memorial descritivo. Para o veículo de Placa: RHO-1F39	1	Unidade	R\$ 2.535,54	R\$ 2.535,54

67 MEMORIAL DESCRITIVO



Secretaria	Nº Frota	Placa	Marca	Modelo	Ano/Modelo	Nº RENAVAL	Chassi	Casco (% Fipe)	Danos Materiais	Danos Corporais	Danos Morais	APP Morte	APP Invalidez	App DMHO	Assis. t. 24h	Vidros	Km Guincho
Gabinete	422	RHV-0F63	HYUNDAI	HB20S10T A PLATIN	2022/2022	0129.16269 4-5	9BHCR41BB NP284795	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
SEJUV	380	BDN-6E55	RENAULT	MASTER JMM 16	2019/2020	0120.99930 2-0	93YMAF4XE LJ037605	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
SEJUV	365	BCD-7898	MARCOPOLO	VOLARE O 400RSD PL	2018/2018	0115.28486 7-1	93PB54M32J C059691	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
SEJUV	419	RHH-8C98	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2021/2022	0127.17060 5-6	93YRBB008 NJ007180	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	356	BBX-9853	VW	NOVO GOL TL MCV	2018/2018	0114.41136 9-2	9BWAG45U2 JT109309	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	362	BCO-8516	RENAULT	LOGAN EXP 16 SCE	2018/2019	0117.06151 5-2	93Y4SRFH4 KJ365345	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	370	BCU-3A19	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2018/2019	0117.80898 1-6	93YRBB00X KJ719959	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	370	BCU-3A22	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2018/2019	0117.80902 6-1	93YRBB008 KJ719961	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	398	BDZ-7D43	VW	GOL 1.6 L MB5	2020/2021	0122.66788 8-0	9BWAB45U4 MT016522	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	397	BDZ-7D42	VW	GOL 1.6 L MB5	2020/2021	0122.66784 0-5	9BWAB45U3 MT016270	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	406	BEO-7C34	PEUGEOT	BOXER EUROLAF	2019/2020	0124.54312 1-5	VF3YE2BFC L2M75748	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	409	BEO-5F28	PEUGEOT	BOXER EUROLAF	2019/2020	0124.48929 6-0	VF3YE2BFC L2M76481	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	391	BEW-7J93	RENAULT	MASTER REVES A	2019/2020	0125.40011 8-0	93YMAF4XE LJ999353	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	426	RHH-5J76	RENAULT	M MICRO JI	2021/2022	0127.11309 3-6	93YMAF4XE NJ796572	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	427	RHH-5J77	RENAULT	M MICRO JI	2021/2022	0127.11402 9-0	93YMAF4XE NJ796566	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	423	GJT-7C15	RENAULT	MASTER BF AMB2	2021/2022	0127.34929 2-4	93YMAF4XE NJ972866	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	424	GJH-7J23	RENAULT	MASTER BF AMB2	2021/2022	0127.35038 9-6	93YMAF4XE NJ973013	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	425	GFD-1G43	RENAULT	MASTER BF AMB2	2021/2022	0127.35028 9-0	93YMAF4XE NJ972853	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Saúde	429	RHL-9F17	MARCOPOLO	VOLARE W96 ON	2021/2021	0127.80061 7-3	93PB88S37 MC065483	100	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	Sim	Completo	500
Bombeiro	ATP-9790	AVZ-8124	VW	PARATI 1.6	2012/2013	0048.88939 1-7	9BWGB05VW XDP054351	100	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	700
Bombeiro	ATP-9572	ATP-7280	VW	GOL 1.0	2010/2011	0028.11416 2-2	9BWAA05U6 BT115979	100	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	700



Bombeiro	ABS-15833	RHZ-9A38	TOYOTA	HILUX CDSR A4FD	2021/2021	0130.06767 6-8	8AJKA3CD1 M3092910	100	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	200
Bombeiro	AA-14890	BEA-8D52	FIAT	DUCATO MC REV AMB.	2019/2020	0122.83659 6-0	3C6DFVDK0 LE113538	Não	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	200
Bombeiro	AA-10814	AWW-7695	PEUGEOT	BOXER MARIMAR A	2012/2013	0053.51874 5-9	936ZCWMN CD2108845	Não	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	200
Bombeiro	ATP-14619	BEB-4F82	CHEVROLE T	CRUZE LT NB AT.	2019/2019	0122.89833 7-0	8AGBB69S0 KR125399	100	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	700
Bombeiro	ABT-14914	BEB-8G05	VW	17.280 TRIEL BOM	2020/2021	0122.94026 9-9	953658242M R101886	Não	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	200
Bombeiro	ATP-14622	BEC-4D52	CHEVROLE T	CRUZE LT NB AT.	2019/2019	0123.01190 7-5	8AGBB69S0 KR125306	100	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	700
Bombeiro	ABTR-8758	ASF-5046	VW	17.250 CNC	2009/2009	0019.28554 2-5	9BW7N8242 9R928311	Não	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	Não	Sim	Completo	200



68 A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

d) A apólice deverá ser emitida em até 10 (dez) dias, a contar da assinatura do contrato a ser firmado entre as partes e enviada por e-mail.

e) Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde a data de assinatura do presente contrato, ainda que não emitida a apólice, devendo a contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.

68.1 O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável a critério da contratante e em caso comprovada vantajosidade para esta administração.

68.2 Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

68.3 Após procedimento de recuperação pelo Município, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “Cláusula de Avaria”.

f) Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de indenização integral.

68.4 A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente.

68.5 A dispensa da realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.

68.6 A licitante deverá ofertar em sua proposta valores consonantes com aqueles vigentes no mercado na data de sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total relativo aos veículos.

68.7 A contratada deverá colocar à disposição da contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso.



68.8 A contratada deverá informar ao Município logo após a contratação, dados de contato como, e-mail, telefone ou serviço online e identificação do corretor responsável pelo contrato.

68.9 A central poderá funcionar por e-mail, telefone, ou serviços online, com acessibilidade em todo território nacional.

68.10 Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo 5 (cinco) dias, a contar data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

68.11 Havendo a necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro, sob suas custas.

68.12 A franquias considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

69 A franquias não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliados exclusivamente em função dos preços proposto (prêmio).

70 Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, devendo, para isso serem consideradas as informações e detalhes constantes do memorial descritivo, podendo ser ofertada, de acordo com a análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

71 Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquias deverá ser pago pelo Município, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo que deverá integrar este processo licitatório. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao fisco, à seguridade social e ao FGTS regular, o pagamento na franquias deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

71.1 Há necessidade de constar na apólice de seguro um contato específico indicando pela seguradora para o caso de sinistro.

71.2 O prazo de conclusão do serviço não pode ultrapassar 30 (trinta) dias úteis.

71.3 A distância para uma oficina para reparo não deve ser superior a 100km local onde aconteceu o sinistro.

71.4 Prazo para início: início de vigência do contrato.

71.5 Prazo para ser finalizado: até 20 dias, a contar da autorização/recebimento da nota de empenho.

72 GARANTIA DE EXECUÇÃO

72.1 A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do TERMO DE CONTRATO, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização de execução.



I.1 O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, devendo ter prazo de validade igual ou superior ao prazo da execução da obra. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

CLÁUSULA II - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

73 carta de fiança bancária;

IV. seguro-garantia de manutenção em apólice nominal ao licitador e emitida por seguradora brasileira ou autorizada a funcionar no Brasil.

a) A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do TERMO DE CONTRATO, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia a execução.

b) Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

c) A devolução da garantia de execução dar-se-á mediante a apresentação de:

V. aceitação pelo contratante do objeto contratual e o termo de recebimento definitivo do contrato como um todo;

VI. certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;

a) Nos casos previstos da rescisão do contrato, a garantia de execução não será devolvida, sendo apropriada pelo contratante a título de indenização/multa.

74 CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO

b) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, por membro(s) da COMISSÃO DE RECEBIMENTO, para efeito posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento e na proposta.

74.1 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste anexo e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do município, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c) Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 11(onze) dias, contados do recebimento provisório, após a



verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

d) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

e) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

75 DO PAGAMENTO

f) O pagamento será efetivado na forma de crédito na conta corrente da EMPRESA, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento definitivo.

g) Caso o objeto da nota fiscal seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização ou do documento fiscal, a depender do evento.

h) Em caso de atraso no pagamento motivado exclusivamente por este MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde se lê:

EM = Encargos moratórios.

I = Índice de atualização financeira.

N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira será calculado através da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

Onde se lê:

I = Índice de atualização financeira.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.



i) O pagamento efetuado por este MUNICÍPIO não isenta a empresa de suas obrigações.

j) É vedado a empresa transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da execução.

76 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

k) O pagamento decorrente da execução do objeto poderá ocorrer a conta dos recursos da(s) dotação(ões) orçamentária(s) a seguir:

15.004.06.182.0029.2.426.3.3.90.39.00.00.	- 1515 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.39.00.00.	- 1303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.39.00.00.	- 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
13.001.27.812.0025.2.383.3.3.90.39.00.00.	- 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
04.001.04.122.0006.2.061.3.3.90.39.00.00.	- 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
05.001.04.122.0009.2.081.3.3.90.39.00.00.	- 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

l) Os recursos que poderão custear a execução do objeto são de origem municipal, estadual e federal.

77 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

m) São as mencionadas no Contrato.

78 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

n) Nos termos do art. 67 Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

o) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

p) Ficam responsáveis pelo controle e fiscalização:



Requisitante	Gestor	Fiscal
Administração	Henrique de Souza Dilmann – CPF 096.549.809-32	Alessandro Vaz da Silva – CPF 029.379.389-14 Marcio Ferreira Polo - 024.328.769-03
Gabinete do Prefeito	Paola Teixeira Costa de Oliveira– CPF 065.893.349-35	Elenice Medeiros Gomes – CPF 323.180.499-04 Lucas Dornellos Gomes dos Santos – CPF 094.899.659-52
Saúde	Cecília Taísa Três de Moraes – CPF 046251.849-32	Murilo Maldonado de Carvalho – CPF 004.996.489-51
SEJUV	Reginaldo Zauizio de Souza – Portaria 1074/2021	Cleiton Tadeu da Silva de Aquino – CPF 070.713.129-40
5º Grupamento de Bombeiros de Sarandi	Cap. QOBM Rodrigo Manoel dos Santos – CPF 073.440.289-99	Cb. Kelvyn Kerlon da Silva Paulino – CPF 053.615.049-47

79 DAS SANÇÕES

q) O descumprimento da execução do objeto desta licitação poderá ser aplicado as penalidades estabelecidas no Edital e do Contrato.

80 JUSTIFICATIVAS

Abertura deste certame visa atender as solicitações a seguir:

Requisitante/Secretaria	Termo	Pedido de Compra	Total do Pedido (R\$)
Administração	TA 04/2023	2191/2023	R\$ 2.535,54
Gabinete do Prefeito	TA 47/2022	1778/2023	R\$ 2.782,06
Juventude, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SEJUV)	TA 82/2022	2021/2023	R\$ 13.847,82
Saúde	TA 88/2022	1864/2023 E 1853/2023	R\$ 84.970,26
Bombeiro	TR 03/2022	2983/2023	R\$ 36.623,32
Total estimado			140759

* TR= Termo de Referência

* TA= Termo de Adesão

Da justificativa e objetivo:

Justificamos que a contratação de seguro veicular justifica-se pela necessidade de assegurar a proteção patrimonial do veículo de propriedade das Secretarias, proporcionando uma maior segurança aos servidores e usuários, uma vez que estes veículos circulam em rodovias e vias de tráfego intenso, estando, desta forma, sujeito à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores que prestam serviço à Secretaria e a terceiros.



As demais justificativas das secretarias que aderiram, estão anexadas ao processo.

Da classificação dos bens:

Os serviços descritos neste Termo de referência são classificados como serviços comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Da licitação diferenciada:

Por se tratar de prestação de serviços e o valor por item não ter ultrapassado R\$ 80.000,00, esta licitação será para participação de empresas de quaisquer portes.

Dos preços máximos.

Os valores máximos dos bens apresentados neste termo são aqueles indicados no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, através de critérios estabelecidos em portaria específica.



(MODELO)

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Município de Sarandi – Paraná

Proposta de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº ____/____.

Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Telefone:

E-mail:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Total

Os preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Prazo de validade da proposta: (mínimo 60) dias, contados da data de abertura da licitação.

.....,de.....de 20....

(Nome e CPF)
Representante legal



CONTRATO

«NÚMERO_CONTRATO»/«ANO_CONTRATO» - ID
XX

PREGÃO ELETRÔNICO 59/2023

MUNICÍPIO DE SARANDI, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 78.200.482/0001-10, com sede na Rua José Emiliano de Gusmão, nº 565, Centro, CEP 87.111-230 na cidade de Sarandi/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **WALTER VOLPATO**, brasileiro, maior e capaz, casado, portador da CI/RG nº 907.571-2 da SSP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF nº 204.888.239-00, juntamente com: xxxxx, doravante denominado CONTRATANTE.

Do outro lado, a empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF _____, sito _____ CEP _____, telefone _____, e-mail....., tendo como representante legal o(a) Senhor(a) _____, brasileiro, maior e capaz (estado civil se tiver), portador(a) da CI/RG nº XX e inscrito no CPF/MF _____, doravante CONTRATADA.

As partes acima nominadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 8.666; de 21 de junho de 1993, suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 1311, de 27 de janeiro de 2020 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital nº XXXX – Pregão Eletrônico, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes:

VII. DO OBJETO

a) Contratação de empresa especializada em SEGURO VEICULAR para atender frota de veículos pertencentes ao Município de Sarandi/PR e do Corpo de Bombeiro, conforme a seguir:

Item	Cód.	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Total



80.1 Regime de Execução: empreitada por preço unitário.

81 VIGÊNCIA

81.1 O prazo de vigência deste CONTRATO é de 12 (doze) meses, com início em _____ e encerramento em _____ prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

82 PREÇO

82.1 O valor deste CONTRATO é de R _____.

82.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

83 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

83.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do MUNICÍPIO, conforme apresentado no [Termo de Referência - Anexo I do Edital](#).

84 PAGAMENTO

84.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no [Termo de Referência - Anexo I do Edital](#).

84.2 Para pagamento relativo ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, serão efetuados os créditos nos seguintes dados bancários da empresa:

- ✓ Banco:.....
- ✓ Agência:
- ✓ Conta Corrente:

85 REAJUSTE

85.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de



um ano, aplicando-se o Índice exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

85.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

85.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

86 ENTREGA E RECEBIMENTO

86.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no [Termo de Referência - Anexo I do Edital](#).

86.2 Fica indicado como PREPOSTO da empresa a seguinte pessoa:

- ✓ Nome:
- ✓ Telefone:
- ✓ E-mail:

87 FISCALIZAÇÃO

87.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão de Recebimento / Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no [Termo de Referência - Anexo I do Edital](#).

88 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

b) Obrigações da CONTRATANTE:

- I. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- II. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto recebido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- I. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;



1. efetuar o pagamento para empresa no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
1. administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
1. Obrigações da CONTRATADA:
 1. cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 1. efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
 1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990);
 1. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 1. comunicar o órgão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data final da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 1. manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 1. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

89 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

89.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, a Administração poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

1. **advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o MUNICÍPIO;
1. **multa moratória** de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias úteis;



1. **multa compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
1. **suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
1. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos causados.

89.2 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 24.1 do Edital.

89.3 As sanções previstas nos incisos I, IV e V do subitem 10.1 deste instrumento, poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

89.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
1. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
1. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

89.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei 9.784, de 1999.

89.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

90 RESCISÃO

90.1 O presente CONTRATO poderá ser rescindido:



1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no EDITAL;

1. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei 8.666, de 1993.

90.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

90.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666, de 1993.

90.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
1. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
1. indenizações e multas.

91 VEDAÇÕES

91.1 É vedado à CONTRATADA:

1. interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

92 ALTERAÇÕES

92.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei 8.666, de 1993.

92.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

92.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

93 DOS CASOS OMISSOS

93.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 8.666, de 1993, na Lei 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente,



segundo as disposições contidas na Lei 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

94 PUBLICAÇÃO

94.1 incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei 8.666, de 1993.

95 FORO

95.1 É eleito o Foro da Comarca do Município de Sarandi, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei 8.666/93.

As partes firmam o presente CONTRATO, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sarandi,

de.....de 20....

Representante legal

Secretário(a)

Walter Volpato
Prefeito

Testemunhas:

1-
96

